



ATLÂNTICOS SEM MARGENS¹

Resumo: A historiadora Luciana da Cruz Brito narra a sua trajetória acadêmica na graduação na UFBA e na pós-graduação na Unicamp e na USP. Articula as suas percepções da mobilização negra na Bahia e os debates sobre história dentro e fora da universidade. Analisa sua trajetória como professora em universidades norte-americanas e das pesquisas realizadas em acervos internacionais.

Palavras-chaves: Atlântico Negro, história intelectual, escravidão e Luciana da Cruz Brito

FRONTIERS OF THE BLACK ATLANTIC

Abstract: Luciana da Cruz Brito analyzes her academic trajectory at undergraduate at UFBA and postgraduate at Unicamp and USP. It articulates their perceptions of black mobilization in Bahia and the debates about history within the university. She talks about her career as a professor at North American universities and research in international collections.

Keywords: Black Atlantic, intellectual history, slavery and Luciana da Cruz Brito

FRONTERAS DEL ATLANTICO NEGRO

Resumen: Luciana da Cruz Brito analiza su trayectoria académica en pregrado en la UFBA y posgrado en Unicamp y USP. Articula sus percepciones de la movilización negra en Bahía y los debates sobre la historia dentro de la universidad. Habla de su carrera como profesora en universidades norteamericanas e investigación en colecciones internacionales.

Palabras claves: Atlântico negro, historia intelectual, esclavitud y Luciana da Cruz Brito

FRONTIÈRES DE L'ATLANTIQUE NOIR

Résumé: Luciana da Cruz Brito analyse sa trajectoire académique au premier cycle à l'UFBA et au troisième cycle à l'Unicamp et à l'USP. Il articule leurs perceptions de la mobilisation des Noirs à Bahia et les débats sur l'histoire au sein de l'université. Elle parle de sa carrière de professeur dans les universités nord-américaines et de ses recherches dans les collections internationales.

¹Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos (doutoranda em História pela Universidade de Brasília, E-mail: stephane.rcosta@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-5970>) e Flávio Gomes (professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, Professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: escravo@prolink.com.br . ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2386-7040>)



Mots clés: Atlantique Noir, histoire intellectuelle, esclavagem e Luciana da Cruz Brito

LUCIANA DA CRUZ BRITO

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Fez o Mestrado em História (2009) na UNICAMP com a dissertação “Sob o Rigor da Lei: africanos e africanas nas leis baianas (1830-1841)” e o Doutorado na USP (2014) com a tese “As interpretações norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista”. Entre livros e capítulos publicados destacam-se “Temores da África: Segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista” (EDUFBA, 2016); “Tópicos sobre a história do negro na sociedade brasileira” (NEPRE, 2011 e 2014). Tem publicado artigos nos periódicos *Acervo* (Revista do Arquivo Nacional), *Canoa do Tempo* (Universidade Federal do Amazonas), *Estudos Avançados* (IEA-USP), *Estudos Históricos*, *História Social* (UNICAMP), *História Unisinos*, *Revista Brasileira de História*, *Revista de História Comparada* (UFRJ), *Sankofa* (São Paulo), entre outros.

ROTAS E PERCURSOS

Fale um pouco da sua origem familiar e trajetória até entrar na Universidade. Quais foram as primeiras referências familiares e extrafamiliares? Como foi a formação no primeiro e segundo grau?

Eu nasci em Salvador, já meu pai e mãe nasceram no Recôncavo baiano. Meu pai foi a pessoa que mais me incentivou a ler na minha infância. Minha mãe, que na época era professora da educação infantil, também me alfabetizou, além da escola. Estudei o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Concluí o ensino médio no Colégio Estadual Odorico Tavares entre os anos de 1994 e 1996. Essa era uma importante escola pública de ensino médio localizada numa área privilegiada da cidade de Salvador e que tinha um papel fundamental para a juventude negra da cidade, mas a perdemos. O “Odorico”, forma como chamávamos o colégio, foi fechado no ano de 2019 pelo governo do Estado da Bahia, que vendeu o terreno da escola, cedendo aos interesses dos grupos imobiliários que cada vez mais se apropriam da cidade. Isso faz parte de um processo agressivo de *gentrificação* do centro de Salvador e, como resultado, a educação, o acesso



à cultura e o direito à cidade acabam se tornando privilégio dos menos de 20% que representam as elites soteropolitanas.

Como foi a escolha pela História? O que te motivava e evocava na graduação?

Eu acho que meu interesse inicial pela história nasceu das narrativas dos mais velhos e mais velhas que escutei na minha infância no Recôncavo. Todas elas falavam de África, de escravidão, de liberdade, eram registros orais, memórias de pessoas comuns. No último ano do ensino médio, minha professora de história, Cláudia Lacerda, me incentivou a fazer a graduação em história, justificando que eu era boa aluna nessa disciplina. Quando prestei o antigo vestibular, eu não tinha dúvidas: tentaria o curso de história na Universidade Federal da Bahia, porque era o que eu gostava, mas também, honestamente porque era o possível cogitar num período em que não havia sistema de cotas. Isso tornava as escolhas bem restritas. Acabei sendo aprovada no curso de história da UFBA em 1999.

Na graduação, de forma muito pragmática -- ao mesmo tempo que me motivava aprender os conteúdos das disciplinas -- também me motivava a possibilidade de ter um diploma e acessar um emprego estável como professora. Até que meus interesses se ampliaram quando assisti a uma aula sobre a Revolta do Haiti, ministrada pelo professor Ubiratan Castro de Araújo. Naquele dia eu disse: é isso, eu quero aprender mais sobre isso. “Isso”, era a história de resistências e trajetórias do povo negro nas Américas.

REFERENCIANDO OS DESTINOS

Sua graduação nos anos 90 e os seguintes foi também um momento de efervescência. Como isso te mobilizava em termos intelectuais? Quais os livros, abordagens, autores?

Ingressei na UFBA em 1999 e naquele momento debatia-se muito a política de desmonte das universidades públicas, que era uma política do governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, havia um forte ambiente de denúncia e insatisfação da parte de docentes, mas, sobretudo, de estudantes sobre a política nacional de boicote às universidades. Não havia investimento, nem concursos públicos e anunciava-se um



projeto de privatização, com indicativo de cobrança de mensalidades. Logo depois, no início dos anos 2000, o *movimento negro* na cidade de Salvador pautava a questão da violência policial e das cotas raciais na universidade. A conjuntura política já era outra, estávamos entrando no governo Lula e a questão das cotas ganhou uma centralidade enorme na universidade.

Esse já era um debate nacional, mas nos fez pensar sobre a narrativa das elites e dos filhos das elites nas universidades, que defendiam que estavam ali por mérito. No caso específico de Salvador, questionávamos o fato de cerca de 3% dos estudantes da UFBA eram negros, numa cidade onde éramos mais de 70% da população. Foi quando tive acesso aos textos de Lélia Gonzalez, de Luiza Bairros, de Milton Santos, de Malcon X e, além das leituras, também foram importantes os debates que participei nas reuniões de formação do MNU e demais coletivos e organizações negras de Salvador.

Na universidade tive acesso aos textos de Hobsbawm, Marx e E.P. Thompson, que me abriram os olhos para a questão da classe e da cultura. Depois que passei a me dedicar aos estudos de escravidão e resistência negra nas Américas, comecei a ler a historiografia da social da escravidão: os livros e textos do professor João José Reis, que era nosso professor do curso de história da UFBA, a bibliografia produzida pelo grupo de história Social do Cecnul-Unicamp, o professor Flávio dos Santos Gomes, enfim uma bibliografia que priorizava as diversas formas de resistência na escravidão. Quando comecei a me interessar pelos Estados Unidos e as Américas, comecei a ler C.R.L. James (*Jacobinos Negros*), Eric Foner. Depois do intercâmbio que fiz na Howard University, nos Estados Unidos, através de um programa da UFBA chamado *A Cor da Bahia*, tive acesso a uma vasta bibliografia sobre escravidão e aos escritos de intelectuais negros da diáspora: foi lá que li Fanon (*Os condenados da Terra*), mas também tive acesso aos textos de Angela Davis e bellhooks, que ainda não estavam traduzidos para o português. Na mesma época iniciei as leituras de autobiografias de pessoas escravizadas, principalmente Frederick Douglass, que eu viria a estudar anos mais tarde. Foi durante esse período de um semestre nos Estados Unidos que também tive acesso aos textos de W. E. B. Du Bois, e me impactou muito as especificidades, mas, sobretudo, as similaridades das políticas de exclusão racial no Brasil e nos EUA pós-abolição.

FRONTEIRAS BORRADAS DA DIÁSPORA



Como foi a sua entrada na pós-graduação e escolha de temas para estudo?

Quando eu voltei dos Estados Unidos da primeira vez em 2003 ou 2004, eu já sabia que acabaria pesquisando escravidão e liberdade nos EUA, mas não estava muito nítido se seria um estudo comparativo ou transnacional, ou as duas coisas. De todo modo, eu trouxe comigo muita documentação impressa, livros e artigos. Eu já tinha um projeto de mestrado pronto, e foi com ele que ingressei no programa de mestrado em história social da Unicamp em 2007. Esse trabalho era fruto de uma pesquisa que eu estava já desenvolvendo na UFBA antes de viajar para os EUA, que tratava de leis dirigidas a pessoas escravizadas na primeira metade do século XIX na Bahia.

Esse trabalho focava na legislação dirigida a pessoas africanas, escravizadas ou libertas. A dissertação acabou virando um livro depois -- *Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista* -- publicado em 2016 pela Edufba. Com a conclusão do mestrado, em 2009, eu estava determinada a voltar àquela pesquisa anterior, que era fruto de um interesse da graduação: pesquisar escravidão e liberdade nas Américas. Com a documentação que eu havia coletado nos Estados Unidos, fiz um projeto de doutorado cujo tema era as impressões de diversos setores da sociedade estadunidense sobre escravidão, relações raciais e abolição no Brasil. Com esse projeto eu ingressei no doutorado da USP já no ano seguinte, em 2010.

Você fez a graduação na UFBA, Mestrado na Unicamp e Doutorado na USP. Como foram tais escolhas e experiências?

Quando entrei na UFBA, em 1999, essa era a única universidade federal que ofertava o curso de história na Bahia. Existiam outras duas universidades estaduais, a Uneb e a UEFS, mas a UFBA cumpria um papel singular ao ser a única instituição federal de ensino localizada na capital, Salvador, onde eu morava. Foi na universidade o primeiro espaço no qual eu tive acesso a debates teóricos sobre as desigualdades sociais na sociedade brasileira e mundial. Foi quando que tive contato com os movimentos sociais, o movimento negro e de mulheres, os debates levados a cabo pelos partidos de esquerda. Portanto, ao mesmo tempo que naquele espaço, e fora dele, eu tinha formação acadêmica, eu também tinha também formação política.



A noção de diáspora, de uma experiência negra diversa e que ao mesmo tempo convergia, foi algo possível, sobretudo, pelo intercâmbio numa universidade no exterior, como foi o caso do intercâmbio que já mencionei na Howard University, que era (e ainda é) uma instituição importante nos Estados Unidos, tanto de estudos de história negra, quanto de política. A própria possibilidade de cursar o mestrado fora da Bahia foi algo planejado a partir das opções e informações que me foram apresentadas na UFBA, nesse caso específico (o mestrado na Unicamp), pelo professor João José Reis. Na Universidade de Campinas, além de ter acesso aos recursos todos disponíveis numa universidade localizada no sudeste, no estado de São Paulo, chamava-me muita atenção a capacidade daquele centro de agregar pesquisadoras e pesquisadores do país inteiro, e eu aprendi muito com as pesquisas dessas outras pessoas, pois pude ter noção de que a escravidão no Brasil era um sistema de exploração nacional, e que a despeito das especificidades de cada região, ela influiu sobre as relações de trabalho e sociais nacionalmente.

Na Unicamp, ainda mais do que na UFBA, eu pude sentir também a real importância de que as pessoas negras estivessem juntas se apoiando numa rede de solidariedade e acolhimento na universidade. Naquele momento aprendi que não existe trajetória solitária na academia, e se existir, ela é muito dolorosa. Quando fui aprovada no doutorado na USP, uma universidade maior e localizada na cidade de São Paulo, aquele era um ambiente completamente diferente. Os recursos também existiam, e assim como na Unicamp, tinha-se acesso com mais facilidade a uma produção acadêmica internacional, pois há uma circulação muito grande de pesquisadoras e pesquisadores de diversos países, e mesmo brasileiras e brasileiros que pesquisavam nações distintas. Aquilo para mim era muito importante pela natureza da pesquisa que eu estava desenvolvendo e dos meus interesses.

A própria noção de “cidade universitária”, como um grande conglomerado de institutos e centros de pesquisa, que por sua vez estava encravada numa grande cidade, me davam a dimensão das possibilidades e recursos que circulam nessas universidades como a USP e a Unicamp. Além dessa dimensão acadêmica, é importante pensar também nas desigualdades que elas representam, pois são bolhas de privilégio tanto na cidade de Campinas, quanto na capital, São Paulo.

ENSINO E APRENDIZAGEM ATLÂNTICOS



Você completou o seu Doutorado na NYU. Fale um pouco da sua primeira experiência acadêmica nos EUA e como isso vai determinar a sua ação acadêmica? Principalmente na condição de uma pesquisadora formada no Brasil e fazendo pesquisas nos arquivos estrangeiros.

Foi quando pesquisei na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos que coletei os primeiros documentos que seriam mais tarde utilizados na minha pesquisa doutoral, e foi também nesse primeiro momento que me foi despertado o interesse pela experiência negra na diáspora, sobretudo no Brasil e EUA analisados de um ponto de vista transnacional, e até mesmo comparativo. Em 2011, contemplada por uma bolsa Capes-Fulbright, fiz meu doutorado sanduíche na New York University, quando eu me dediquei fundamentalmente às pesquisas nos arquivos, mas participei das reuniões de um grupo de pesquisa e cursei duas disciplinas.

A impressão, aliás, a certeza que tenho nesses contatos com colegas de outros países, inclusive naquele período no qual eu era uma estudante de Doutorado, é que temos nas universidades públicas brasileiras uma formação acadêmica impecável, avançadíssima, de maneira que, a despeito dos pouquíssimos recursos de que dispomos, estamos em condições paritárias no ponto de vista da nossa produção, com os colegas de outros países.

Obviamente, a falta de investimento nos limita: para início de conversa, a ausência de bolsas impossibilita a maioria de nós de fazer o estágio doutoral fora do país. Viajar dentro dos Estados Unidos e participar de eventos, comprar livros e viver decentemente num país onde custo de vida é alto, considerando que nem todos os pesquisadores e pesquisadoras brasileiras vem das elites, é algo que depende de investimento público na ciência. Esse período foi fundamental para a minha pesquisa uma vez que foi no doutorado sanduíche que coletei a maior parte da documentação da minha tese: fiz pesquisas na cidade de Nova York, tanto na própria biblioteca da New York University, quanto na Biblioteca Pública de Nova York (NYPL) e no *Schomburg Center*, um centro de pesquisas avançadas sobre Estados Unidos e diáspora. Nesses dois últimos acervos, facilitou bastante meu trabalho o fato dos documentos todos estarem digitalizados e disponíveis numa base de dados na qual podemos fazer o download dos arquivos em PDF. Dessa forma, uma das principais fontes da minha pesquisa, os jornais abolicionistas afro-americanos, puderam ser acessados tanto de forma física quanto no formato digital. Duas



outras coisas sobre os arquivos nos Estados Unidos também me chamaram atenção: além da digitalização dos documentos, todas as sessões das bibliotecas tinham uma bibliotecária (ou bibliotecário) especialista naquele acervo do qual estão encarregadas. Portanto, quando me reuni com a bibliotecária da biblioteca de Nova York, recebi suas orientações sobre o acervo, as melhores estratégias de pesquisa e ela me apontou, inclusive, outros possíveis documentos que possivelmente me interessariam.

A outra coisa é que muitos arquivos estão nacionalmente interligados. Eu estava em Nova York, mas fiz contatos com universidades e bibliotecas da região sul, que tanto me cederam documentos, quanto me enviaram os pdfs de fontes, as quais comprei, mas também recebi muitas gratuitamente. Através de um sistema de “empréstimo interbibliotecas”, também enviaram para a biblioteca em Nova York os documentos que solicitei. Portanto, a falta de investimentos na ciência, projeto que está no seu momento mais crítico no Brasil, sobretudo na área de ciências humanas, afetam de forma brutal nossa própria possibilidade de compreender a história do Brasil. As pesquisas que nos ajudem a compreender o maior fenômeno estruturante da sociedade brasileira, que foi a escravidão, são fundamentais principalmente num momento como o que vivemos, de disputa de narrativas. Isso é um projeto político. Da mesma forma, carecemos de investimentos pesquisas que se debrucem sobre as desigualdades raciais, de classe e de gênero, que não podem ser feitas sem a participação e reconhecimento de pesquisadoras e pesquisadores de diversas origens raciais e de classe, e de gênero, de sexualidades não-heteronormativas. A ciência brasileira não pode ter uma cara só.

Você também lecionou numa universidade norte-americana. Fale um pouco desta sua experiência profissional

Depois que terminei o doutorado, no ano de 2015, tive duas experiências de trabalho nos EUA. Uma foi o pós-doutorado, e incluo o pos-doc como experiência de trabalho porque lá é considerado emprego, e outra foi lecionar numa universidade, num curso de graduação em história na condição de professora visitante.

Sobre o pos-doc, que aconteceu na *City University of New York*, minha função basicamente era pesquisar e participar das reuniões quinzenais do grupo de pesquisa. Foi nesse período que aprofundi parte da pesquisa que iniciei no doutorado, desta vez me dedicando especificamente aos jornais abolicionistas negros estadunidenses. Outra coisa



importante foi participar tanto do grupo de pesquisa, mas também dos eventos e ter possibilidade de diálogo com diversas pesquisadoras e pesquisadores que estavam em Nova York, mas que também estavam de passagem pela cidade, lançando livros, fazendo pesquisas ou apresentando seus trabalhos em atividades acadêmicas. Isso foi muito interessante porque pude atuar num circuito bem ativo de pesquisas sobre história e cultura negra na diáspora.

Bem, mas sobre minha experiência de ensino, ela aconteceu por um semestre no *Trinity College*, localizado na cidade de Hartford, em Connecticut. Lá lecionei uma disciplina sobre Brasil, sob a perspectiva da história das pessoas negras, mas também construindo uma ementa com o cuidado de dar mais visibilidade a historiadoras/es brasileiros, negro@s, mulheres e que não estivessem somente no sudeste brasileiro. Foi um desafio montar uma ementa toda em inglês. Descobri que há muito material disponível, mas as traduções ainda são um empecilho ao acesso de estrangeiros às nossas publicações e à divulgação das nossas pesquisas fora do Brasil.

Outra impressão que tenho é que a universidade brasileira é um ambiente de adultos, ou pelo menos espera-se que as pessoas sejam autônomas e responsáveis pela sua vida acadêmica. Num *College*, as/os estudantes ainda vivem como no ensino médio e o professor, a professora e a própria universidade, assumem um papel de tutela, de prestação de serviço, como se fosse uma relação comercial com as famílias das/dos estudantes. Daí quero chegar no próximo ponto, que é o fato da maioria dessas instituições serem privadas, como foi o caso da universidade que ensinei. Aquela era uma instituição bastante elitista, como todas as universidades estadunidenses: a maioria dos estudantes eram brancos e privilegiados, assim como o corpo docente. No período que ensinei nos Estados Unidos, ainda no rastro da Era Obama, se falava muito em diversidade nas organizações, sobretudo nas universidades. Reivindicava-se a presença negra e latina no corpo discente e nos departamentos. Também se questionava na época o endividamento dos estudantes, que estavam presos a empréstimos aviltantes para acessarem as universidades. Esse último debate foi interrompido com o governo Trump. O que quero dizer é que o que pude perceber num sistema nacional de ensino superior privado foi a fragilidade das condições de trabalho de professores e professoras, além de um corte racial, de classe e de gênero muito evidentes nas universidades. Vi colegas mergulhados e mergulhadas em diversas disciplinas para ofertar, criando cursos que deveriam parecer “atraentes” para as/os estudantes. Além disso, professorxs vivem a pressão de publicar



livros e estão sempre na iminência de perder o contrato de emprego a qualquer semestre, já que o processo de atingir o *tenure* (a estabilidade do trabalho) é longo e difícil. Mulheres negras, latinas, pessoas estrangeiras, mães, entravam numa grande desvantagem no mercado de trabalho na academia. Naquele momento, também aconteceu o golpe que tirou a presidenta Dilma da presidência e sabíamos aqui no Brasil que isso impactaria as relações de trabalho e as universidades. Portanto, da minha experiência nos Estados Unidos pude ver de perto a perversidade que é o processo de privatização das universidades e dos perigos que isso representa para a produção acadêmica, que representam a perda da autonomia universitária e a ausência de políticas de ingresso e permanência.

INTERLOCUÇÃO, REDES E FIOS

Há uma importante geração de historiadoras negras – intelectuais importantíssimas – no cenário acadêmico brasileiro atualmente. Como você avalia o contexto atual e a inserção de uma historiografia potente sendo produzida por intelectuais negras e negros? Quais os desafios, armadilhas, dilemas e questões centrais?

É importante antes de mais nada afirmar que o sistema de cotas e as lutas dos movimentos negros brasileiros são a causa desse cenário mais favorável. Mesmo pessoas que entraram na universidade antes do sistema de cotas, como foi meu caso, foram beneficiadas pelo debate gerado naquele momento, que era o debate sobre ausência; departamentos que não tinham docentes negrxs, programas de pós-graduação que não tinham mestrands e doutorands negrxs, além de cursos de graduação que não tinham docentes negrxs foram obrigados a se repensar, ou viver o constrangimento dessas ausências. A universidade teve que reconhecer, ainda que com muita resistência, a presença de pessoas brilhantes que estavam ali: esperando a aprovação do programa de pós-graduação, esperando a bolsa, estudando para o concurso enquanto escreviam seus artigos, suas teses e dissertações.

O movimento negro brasileiro conseguiu escancarar essa realidade: ou as instituições, sobretudo as universidades, se assumiam racistas ou reconheciam a intelectualidade negra brasileira, e olha que a universidade não deixou de ser racista porque entramos aqui e ali. Ainda assim, hoje somos uma comunidade expressiva dentro



da universidade, desenvolvendo pesquisas incríveis, levando adiante debates que hoje se sofisticaram ou que não haviam sido feitos antes. Portanto, avalio que a historiografia em geral, mas posso falar com mais propriedade do nosso campo, que é a história social da escravidão, ganhou muito com a participação, ainda que gradual, de diversas historiadoras e historiadores negros, de regiões diferentes do Brasil, de origens de classe distintas, universidades distintas e de orientações sexuais distintas também. Então, eventos, programas de bolsas, concursos para docentes que insistam no modelo hegemônico de produção do conhecimento e de manutenção de privilégios, o que acontece até mesmo quando estão discutindo escravidão, liberdade e relações raciais do ponto de vista historiográfico, é uma contradição em si. A armadilha desse desafio que vivemos é ser a única, ou o único.

A gente não quer ir sozinha, aceitando a concessão. A gente quer ir de bando, porque somos maioria da população brasileira. Até mesmo porque a elite intelectual brasileira, que nem sempre é composta “pelos melhores”, não se constituiu em exceções, e sim em hegemonia.

VOZES PÚBLICAS E SONS GRAVES

Sua atuação como intelectual pública – mulher e negra – tem se destacado, seja na produção acadêmica, formadora de opinião e na formação. Fale um pouco dos seus projetos nesta área.

Eu não tenho projetos a longo nem curto prazo como intelectual pública, digamos, eu não tenho um projeto de ocupar um lugar de mídia. Minha atuação é decorrente do meu ofício de professora e pesquisadora. Contudo, sendo uma intelectual, professora de uma universidade pública e especialista em determinado tema, quando sou convocada a me posicionar sobre um assunto do qual sou especialista, e se eu estiver disponível, eu colaboro. No ano de 2020, quando todo mundo queria entender os impactos sócio raciais e de gênero da pandemia, e no mesmo ano, quando fomos convocadas e convocados pela mídia para falar sobre racismo, sobretudo após o assassinato de George Floyd, a despeito da minha nenhuma familiaridade com televisão, avalio que foi importante dizer que o povo negro, na diáspora, sempre reagiu e se manifestou contra o projeto racista do estado brasileiro, e estadunidense.



Da mesma forma, foi muito importante que diversas pessoas negras tivessem ocupado esse lugar. Contudo, aí sim, também, devemos falar de outras armadilhas: a primeira é o desgaste, porque a grande imprensa insiste em reconhecer, ainda que momentaneamente, somente uma/um de nós, enquanto somos muitas/muitos especialistas em diversos temas. Essa demanda muito grande sob uma pessoa só, cansa. Daí vem a segunda armadilha, aquela que nos prende no tema do “racismo”. Se não há uma pessoa negra morta ou agredida em algum evento nacional, a grande imprensa não identifica o racismo no episódio, e o espetaculariza. Se não há pessoas negras diretamente envolvidas, como foi o caso da invasão do Capitólio dos Estados Unidos por um grupo de supremacistas brancos no dia 06/01/2020, aí a imprensa não racializa o debate, pois no seu entendimento aquilo não tem nada a ver com racismo. Então ficamos aqui confinadas no tema do “racismo” da forma que a imprensa entende o tema, que em geral é equivocada. Quando falamos sobre escravidão, abolição, racismo não é somente porque eu sou negra, é porque eu conheço aquele assunto como pesquisadora. Ser negra não me faz necessariamente especialista em racismo. Então eu acho que colocar-se na imprensa, sobretudo na TV hegemônica, é uma disputa de narrativa ao vivo, eles puxam de um lado e nós para outro, mas eles detêm o controle.

No caso de uma coluna num jornal é bem diferente porque tenho autonomia de escrever o que eu quiser e a escrita é uma forma de expressão com a qual estou mais confortável. Isso eu gosto de fazer, acho que é um campo de disputa mais qualificado, embora eu reconheça que a grande imprensa ainda seja aquela que acessa a casa das pessoas, pessoas essas que nos interessam o diálogo. É uma disputa, como eu já disse, mas se “eles” tem a TV, nós temos a sala de aula.

O TEMPO NÃO PARA

Fale um pouco dos seus projetos acadêmicos e intelectuais atuais.

Nesse momento trabalho na publicação do meu segundo livro, fruto da minha pesquisa de doutorado, sobre as perspectivas de diferentes setores da sociedade estadunidense sobre escravidão e liberdade no Brasil. Tenho refletido também, a partir de leituras de historiadoras afro-americanas como Saidiya Hartmam, Sasha Turner, além do que tem sido produzido pelas colegas aqui sobre o cotidiano das mulheres negras no



Brasil escravista. Essas duas bibliografias, juntas, têm me feito pensar sobre as dores, sensibilidades afetadas, silêncios e reações das mulheres negras que viviam numa sociedade escravista e como isso formou nosso imaginário coletivo sobre o lugar das mulheres negras na sociedade. Que tipo de narrativa foi construída para diminuir essas dores, consertar ou diminuir o impacto da escravidão sobre pessoas negras e brancas no Brasil? Interessa-me discutir permanência de um discurso negacionista que diz que a escravidão foi culpa das próprias pessoas negras, notícias de meninas e mulheres negras presas em cárcere privado por décadas sendo exploradas como trabalhadoras domésticas escravizadas ainda hoje, o controle sobre o corpo e sexualidade das mulheres e meninas, sobretudo negras, algo que não gera indignação coletiva, a noção ainda vigente e forte de que mulheres negras não sentem dores físicas e nem emocionais, o genocídio da juventude negra, enfim, a escravidão é um passado que não passa. Tenho pensado e lido sobre isso: como o cativo no Brasil nos (des)educou a respeito do que desperta nossa indignação e revolta. Quais corpos o povo brasileiro médio se acostumou a ver em padecimento? Como o passado escravista orienta nosso presente? Acredito, sobretudo depois de 2020, que as pesquisas produzidas no campo da história social da escravidão podem ajudar bastante a entender essas questões.

Outro projeto muito importante que estou envolvida nesse ano é o livro *Vidas Negras*, que faz parte de um projeto maior que é a Enciclopédia Negra, que será publicada pela editora Companhia das Letras. Através de um convite feito pela historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz e pelo historiador Flávio Gomes ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (NEAB_UFRB), eu e minhas/meu colegas de universidade, a professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis, professor Antônio Liberac e professora Rosy Oliveira, estamos organizando essa publicação, o livro *Vidas Negras*. Essa obra, sob a qual trabalharemos todo esse ano, agrega biografias de pessoas negras vivas, algumas conhecidas nacionalmente, outras não, e que tiveram, e ainda têm, um papel fundamental na luta antirracista no Brasil. Essas pessoas são as principais protagonistas das lutas que construíram as conquistas que temos hoje, e das que ainda estão por vir. Além de colocar numa mesma publicação todas essas vidas extraordinárias, igualmente importante é o fato desse projeto envolver mais de 100 intelectuais negras brasileiras/brasileiros, que escreveram essas biografias. São pesquisadoras e pesquisadores de todo país, e que lecionam e/ou estudaram em universidades públicas brasileiras.



Como se vê, mais uma vez, a universidade pública é, assim como o SUS, um dos nossos maiores patrimônios. Sendo a universidade pública a instituição mais importante de produção do conhecimento e da ciência no Brasil, é completamente esperado que uma publicação como essa seja um importante produto da intelectualidade negra brasileira que foi formada e atua nessas instituições. A publicação do livro *Vidas Negras* é uma forma de dar um importante retorno à sociedade brasileira como um todo, mas, sobretudo, à comunidade negra. Portanto, viva a universidade pública!

Recebido em: 01/02/2021

Aprovado em: 15/02/2021